

ANAIS DO II SEMINÁRIO

# GOVERNANÇA DAS REDES

GLOBALIZAÇÃO,  
TECNOLOGIAS  
E CONECTIVIDADE

DA  
O  
INTERNET  
MERCADO  
CIVIL

## ORGANIZADORES

FABRÍCIO BERTINI PASQUOT POLIDO  
LUCAS COSTA DOS ANJOS  
LUÍZA COUTO CHAVES BRANDÃO

cia sobrenatural, ela tem uma ideia, ela consegue um investimento. Mas se ela é um estudante, um universitário que faz parte de um grupo mas que não teve um grande insight mas tem uma ideia para desenvolver, ela não tem um investimento para um estudo tão aprimorado se ela não tem uma ideia extraordinária. Então foi detectado esse gap para um investimento num passo anterior de toda uma modernização mas que é no campo da ideia. Bom, e um outro ponto também na criação de estruturas que deem visibilidade à essa ciência, à essa tecnologia que está sendo construída em Minas Gerais. E qual que é a pretensão de todo esse aparato, e de toda essa nova vertente, é de o estado de Minas Gerais até 2018 ser o estado de maior reflexo, de maior profundidade na América Latina, relacionado à ciência e tecnologia. Então, para isso, esse projeto vem muito ao encontro de toda fala do professor Alexandre no sentido de investir na formação em cursos, 100.000 novos formados por ano. Investir naquilo que é o gargalo de toda essa etapa, e dar visibilidade para esse processo para o mundo fora, para que o que é construído no estado de Minas Gerais tenha a competitividade. E tenha, o que a Mariana falou, um valor econômico porque a gente criar a ciência, e ficar todo mundo discutindo a ciência e não conseguir expandir, e não conseguir mostrar, e não conseguir colocar isso de uma forma externa, talvez não tenha feito então sentido essa política pública. Então esse último viés do programa que é dar essa visibilidade é justamente para isso. Para tentar criar essa vitrine para que novos investidores venham aqui, não só a Samsung, que você disse, que quer os nossos cérebros brilhantes. Mas que tantas outras empresas possam nos enxergar e abrir esse mercado tecnológico para o Estado de Minas Gerais. Eu agradeço a atenção de vocês, eu estou à disposição. Obrigada novamente à organização do evento e eu deixo o abraço fraterno e caloroso da professora Mariah. Bom dia, obrigada.



## DIREITOS HUMANOS E INTERNET

### Camila Nicácio

Boa tarde a todos. Eu queria agradecer o convite do professor Fabrício Polido e sua equipe para esse encontro. Estou muito feliz de estar aqui. Como alguns outros, tampouco eu sou especialista em governança das redes. Venho aqui falar de um outro lugar, como alguém que trabalha e está sempre interessada pela questão dos direitos humanos. Quando a gente faz esse contraponto, “direitos humanos e internet”, é impossível não passar pelo problema da tolerância, bem como do seu duplo absoluto que é a intolerância. Eu vou falar um pouco disso aqui. Eu vou começar com uma pequena anedota e vou fechar por ela também. Agradeço à Tatiana por me permitir apresentar um pequeno vídeo, ele dura 40 segundos, 30 talvez, e é importante para a minha reflexão com vocês (<https://m.youtube.com/watch?v=kOzGFJZZVe8>).

Pessoal, pelo “naipe” das imagens podemos perceber que o vídeo é dos anos 80. Temos ali algumas indicações de que se trata de um vídeo já datado. A gente não tinha Internet ou essa circulação incrível que se vê hoje. Mas percebemos, de saída, que se tratava de um vídeo vocacionado a fazer uma volta ao mundo. Hoje, no Youtube, ele já tem muitas visualizações. Então, eu começo com essa moça e a gente termina com ela. Eu pretendo fazer uma volta rápida, e envio o espectador interessado em maiores detalhes a um artigo muito bonito de um colega nosso da UFMG, o Professor Marcelo Gallupo.

O artigo se chama “Intolerância e Exclusão: Desafios da Democracia Contemporânea.” Temos ali e aqui uma “sopa” de autores. Não dá pra entrar em detalhe sobre cada um, por nosso espaço de tempo. O autor faz, em cinco tempos, um percurso de como a intolerância entrou na nossa agenda. Trata-se, para mim, de um itinerário que explica muito do que se discute sobre Internet. Hoje é impossível um detour ou um atalho que não parta dali. Primeiramente ele vai apresentar em linhas gerais um mundo em que você só tinha um único centro produtor de sentido, de comando para a ação, como por exemplo na Antiguidade, em que as pessoas agiam mimeticamente, em que as pessoas não tinham escolha nem liberdade. Era fácil se situar ali dentro, porque os comportamentos eram miméticos, espelhados. Não havia dissidência ou dissonância entre as condutas das pessoas. Posteriormente, com o advento da modernidade, tem-se a criação de uma abstração: o indivíduo, a partir de um movimento de descentramento dos centros que ainda naquele momento eram conhecidos, como a Europa como centro do mundo, a Terra como centro do universo, a religião católica como centro da civilização. Tudo se descentra e quem está no centro é o indivíduo. Nesse marco, como o indivíduo, criador do seu próprio sentido, a moral só pode ser individual e não mais coletiva.

Tem-se, assim, a invenção do indivíduo como uma unidade básica da política, não mais submetido ao grupo, ao todo. Temos na sociologia de Ferdinand Tönnies ferramentas para compreender algumas consequências dessa diferenciação: o deslocamento da “comunidade”, como algo autêntico, essencialmente já dado, à “sociedade” que, por excelência, só pode ser contratual, convencional, tal como a conhecemos atualmente. Esse indivíduo está muito perto de nós, ao contrário daquele que era produto de uma formação por espelhamento ou mimetismo. Na base da formação da personalidade deste indivíduo está, pois, a diferenciação. “Eu não sou mais você”.

Na sequência dessa transição, temos uma reflexão importante e recente do Umberto Eco. Ele se pergunta como é que, de uma simples diferenciação (“eu não sou você”), nós passamos a olhar esse dessemelhante como um inimigo. Eis aqui um problema maior. A diferenciação e a diversidade entre os indivíduos é condição para a própria vida em sociedade: a sociedade transpõe o indivíduo e o indivíduo é possível, somente e tão somente, porque ele está em sociedade. O “como” tal transformação foi gerada é o que nos interessa. Para acompanhar nossa reflexão, eu trago ainda dois autores. O Zygmunt Baumann, que, ainda muito lúcido, tem uma preocupação grande com as redes. Seu olhar é melancólico, talvez um pouco maniqueísta: ele vê as redes como uma arena propícia ao espetáculo da intolerância dos tempos modernos. Para ele, a humanidade está carente de sentido, em um momento em que a última utopia moderna - o socialismo - foi substituída pelo consumismo. Viveríamos, então, em tempos carentes de sentido, o que traz consequências muito grandes na nossa maneira de nos expor.

Outra autora, Claudine Haroche, vale-se da psicologia para denunciar as sociedades de hoje como “sociedades da ausência do interdito”. O que mais veríamos hoje nas redes, por exemplo, são pessoas que se escusam e resistem a qualquer forma de interdito. E a autora pergunta: como é que podemos fundar uma vida em comum com ausência do proibido?

Eis aqui marcas atuais. Não faço aqui um “estado-da-arte”, pois que existem várias outras referências. Mas essas me interessam mais diretamente. Eu não frequento redes sociais (Facebook, Second Life etc.). Tento me situar de outras maneiras, conversando com pessoas, lendo jornais, enfim... Em busca rápida e aleatória por comentários de reportagens, percebo, com facilidade, que ninguém está a salvo ali. Exemplos fartos aparecem. Quanto aos ciclistas em São Paulo: “joga o carro neles”. Quanto aos trabalhadores sem-terra: “daqui a pouco estão na sua casa, usando seu xampu”. Os indígenas: “cam-

bada de bandidos e abusadores de terras alheias de gente do bem" (essa expressão "gente do bem" parece mesmo ter se tornado um mantra contemporâneo...). Os LGBT: "escória, pervertidos". Negros: "o que que te deu para namorar macaca, rapá?" (sic). Mulheres: "vagabundas". Infratores: "tem que linchar mesmo". Políticos: "vai pro SUS". Refugiados: "com tanto morador de rua aqui, vai ajudar refugiado?" Candomblecistas: "gente do demônio". Haitianos, bolivianos, chineses: "sujos e oportunistas". E por aí vai... Há pouco tempo, no ano passado, houve uma querela com um vestido branco e dourado, que alguns viam azul e não sei qual outra cor na Internet; algo da maior banalidade, difícil imaginar algo mais banal, mas que ensejou, igualmente, muita confusão e agressão recíproca: "Não, preto e azul seu idiota, não tá vendo?" Por outro lado, uma campanha do Governo Federal, Humaniza Redes, foi, no dia seguinte ao seu lançamento, replicada pelo "Desumaniza redes". E a Dilma Rousseff... bom... quanto a ela eu vou passar, porque não dá pra comentar, né? Estou convencida de que ela foi a pessoa no Brasil recente que mais sofreu todo tipo de violência sexista, misógina...

Trago aqui um comentário de uma escritora, Eliane Brum. Eu acho que ela está hoje muito bem situada com relação a esses discursos de ódio, de excesso. Lançou recentemente um artigo que, para mim, é de uma clareza muito grande, chamado 'A boçalidade do mal'. Ela está conversando com a Hannah Arendt e a sua 'banalidade do mal'. Para ela, a 'boçalidade do mal' é uma das explicações possíveis para o momento, e se liga à experiência da Internet. Segundo a autora: "Desde que as redes sociais abriram a possibilidade de cada um expressar-se livremente, digamos o seu eu mais profundo, a sua verdade mais intrínseca, descobrimos a extensão da cloaca humana". Trata-se de uma mulher situada no seu tempo, ela não escreve isso para demonizar ou satanizar a Internet. Ela sabe que dali podem vir virtuosidades, aspectos de construção solidária, de existências em rede, ela sabe de tudo isso. Mas naquilo que escreve, na verdade, ela quer deixar uma crítica, e continua: "Descobrimos, por exemplo, que aquele vizinho simpático com quem trocávamos amenidades, bem educado no elevador, defende o linchamento de homossexuais, e que mesmo os mais comedidos são capazes de exercer sua crueldade ou travesti-la de liberdade de expressão. Nas postagens e nos comentários das redes sociais, os autores deixam claro o orgulho do seu ódio, muitas vezes também da sua ignorância. Com frequência, reivindicam uma condição de cidadão "de bem" como justificativa para cometer todo tipo de maldade. Assim como para exercer com desenvoltura seu racismo, sua coleção de preconceitos, sua abissal intolerância com qualquer diferença". O pressuposto da autora é que essas pessoas não se perguntam sobre o grau ou a extensão do dano causado - algo que é pressuposto de uma vida dividida ou compartilhada minimamente. Seja com um familiar ou com quem você se encontra na feira, tal pergunta deveria surgir quando da "expressão nas redes": qual é a amplitude do estrago que eu posso causar na sua existência? Para Brum, não estamos, em nenhuma instância, preocupados ou comprometidos com isso.

Bom, "e agora José?" Para finalizar minha intervenção, eu trago aqui três reflexões sobre algo que permeia muito a minha prática como coordenadora da Clínica de direitos humanos da UFMG.

Eu parto de um pressuposto que é bastante ligado à sociologia e também ao direito, que é o esgarçamento dos sistemas tradicionais de regulação social. Onde tais sistemas existem? Na vida em comunidade, na vizinhança mais próxima. Nos sistemas de igreja, em que se pode vivenciar a experiência de um pertencimento muito grande. Também nas escolas e nas famílias. E tudo o que está mais próximo dos indivíduos, das suas comunidades de pertencimento. Hoje tais sistemas estão combalidos: a escola está com medo, os pais estão terceirizando o cuidado com os filhos, as igrejas - algumas! - estão ganhando

do dinheiro em cima da fé dos outros, enfim.... Tá tudo meio fora de lugar, vamos dizer assim. Ou deveríamos dizer, menos normativamente, está tudo em “outros” lugares. E pergunto a vocês: onde é que a sobrecarga acaba caindo? No direito e no seu sistema de regulação. Espera-se dele algo que chegue como um toque de cabala: resolva! Seja no Marco Civil ou em qualquer outra legislação, tudo o que possa tomar o espaço desse vácuo deixado pelo esgarçamento daqueles meios tradicionais de regulação.

Eu parto de um pressuposto, e isso é antigo, pelo menos na minha formação na faculdade de direito: isso não funciona. O direito é uma ferramenta forte, vigorosa, que contribui para a regulação social, sem, no entanto, poder conseguir assegurá-la sozinho. Ele é uma ferramenta, dentre outras possíveis. Na Clínica, nós re-editamos uma pesquisa já feita por pesquisadoras do Sul em que se verificou o seguinte: o STF recebe poucas denúncias com relação a discurso de ódio na Internet, mas, de todas as que ele recebeu até agora, o julgamento foi unânime no sentido de repudiar o discurso de ódio, sob o manto da liberdade de expressão. O que o Supremo Tribunal Federal diz: “olha, não adianta aqui reivindicar liberdade de expressão; isso aqui é discurso de ódio, isso é proibido”. Por esse exemplo podemos ver: o direito é importante sim, mas ele está sobrecarregado, os operadores também não sabem o que fazer porque eles não estão encapsulados em uma sociedade que não seja a deles, a nossa. Eles estão conosco. Eles também estão assediados por esse tipo de ataque das mídias em geral.

Daí a importância de se pensar em tecnologias cotidianas que não passem necessariamente pelos modos tradicionais de regulação e nem sobrecarreguem ainda mais o direito. Mas algo de que nós possamos cuidar. “Nós” quem? Todo mundo que está aqui, todo mundo que frequenta a rede. E de que modo? Ora, de um modo a não pressupor simplesmente um retorno a um Eldorado encantado, em que só havia comunidade, numa Antiguidade perdida, em que o indivíduo não existia ou estava subjugado por um bando. Não é possível mais vislumbrar um tipo de retorno a um Eldorado comunitário assim. Mas existem outros. Eu grifei a palavra ‘comunitária’ porque há no Facebook um dispositivo que nós não chamamos de ‘grupo’ ou ‘tribo’, mas chamamos de ‘comunidade’. São comunidades distintas. Elas chamam minha atenção: de onde veio isso? Quem retomou essa expressão para que ela fosse usada em rede? Seria esse um novo tipo de “comunidade”, uma que não reedita aquela antiga, mimética, que achaca ou que subjuga o indivíduo, mas que cria novas e muito vigorosas (e divertidas!), e diletantes teias de solidariedade? Uma solidariedade que é pressuposto da própria democracia.

Para ir encerrando, para não deixar a “peteca cair”, para não terminar em um tom muito melancólico, eu trouxe mais dois autores, para instigar vocês a procurarem suas leituras, que são lindas e, pra mim, ferramentas para que a gente compreenda o fenômeno de que tratamos aqui hoje. Primeiramente, eu penso muito no antropólogo Clifford Geertz. Ele vai falar algo assim: olha, a mesma cultura que implanta os chips para os nossos padrões de comportamento, (que faz você ser, por exemplo, uma pessoa preconceituosa), essa mesma cultura que implanta esses chips lhe dá ferramentas para encontrá-los, identificá-los e desativá-los. É na cultura, é na história que se faz isso. Temos hoje uma disputa e temos que nos confrontar, não simplesmente não deixar de falar ou deletar aquele com quem você não quer conviver.

Enfim, minha segunda autora é a Rita Laura Segato, uma outra antropóloga. Ela vai nos falar sobre uma “ética da insatisfação” como a base e fundamento dos direitos humanos. Trata-se de tudo em que eu mais acredito hoje: como membros de determinadas sociedades jurídicas ou comunidades morais, não há nada que possa ser colocado, seja pelo direito ou pela moral, como inapelável, e que nos defina cabal e definitivamente. Há uma ética da insatisfação que diz assim: “com isso eu não posso compactuar, isso aqui eu não

quero para mim ou para meu grupo". A ética da insatisfação é, assim, um chamado a resistir.

Seja com Geertz ou com Segato, esse conjunto de noções, que pressupõe um contato frequente e às vezes ardente com a alteridade, tem que ser reavivado em nossas práticas. Volto, então, para meu personagem inicial: a Ângela Moss e suas palavras, anos depois: "Fico feliz que pessoas como vocês fiquem indignadas com esse vídeo, o que me perturbava mesmo são as muitas que me escrevem dando os parabéns. Peço portanto, para que você mantenha o vídeo, mas peço para que você publique minha declaração. É importante notar que o vídeo foi editado para parecer pior do que é, como todo meio de comunicação, a Manchete não estava interessada em mostrar ou alertar, mas apenas ter íbope. Mas não tem como negar, essa é a face triste de uma sociedade sem compaixão e egoísta, e sim um dia já foi minha face. É triste, mas do alto da minha idade atual, me orgulho de ver como era menor e no que eu me transformei."

Muito obrigada pela atenção!



## Fabiana Soares

Inicialmente eu gostaria de cumprimentar o professor Fabrício, que agradeço pelo convite e pelo iniciativa desse conclave, tão inclusivo e tão cheio de perspectiva, como é o nosso mundo hoje. Quero cumprimentar o Rodrigo, pela sua fala e pela sua presença, saudar minha colega de cotidiano na faculdade de Direito a professora Camilla, da clínica de direitos humanos e a Letícia, minha orientada, de vida e de outras coisas mais e quero cumprimentar o staff Fabrício na figura do Lucas, que sei que esses eventos são muito construídos pelos estudantes.

Quem achou que eu fosse falar aqui de alguma coisa técnica, voltada para legística, para legislação, se enganou. Eu quero falar um pouco antes disso, das relações entre as pessoas e como uma regulação no futuro deva pensar sobre isso e como devemos pensar a regulação que temos hoje, não vou discutir aqui sobre técnicas de avaliações de impacto, nem aquilo que vi em genebra. Enfim, quero falar sobre a vida como ela é e a vida em tempos de internet, quem é fã de black mirror, acho que então vou poder falar sem dar muito spoiler, para quem ainda não viu.

Essa série, ela, para aqueles que assistem, ela é uma aula de direitos humanos, e porque? Porque ela toca em todos os aspectos que foram aqui tratados e que são aspectos bastante concretos na nossa vivência, seja na clínica ou trabalhando em processos de elaboração legislativa, nos quais, temos essa tensão, entre aquilo que a lei pode fazer e aquilo que cabe às pessoas fazer, porque todo mundo aqui tem um smartphone, exatamente nesse momento alguém está morrendo no mundo, fruto de indústria bélica, fruto de intolerância, fruto de despreparo, fruto sobre tudo de desamor. Então, somos altamente tecnológicos, mas, somos extremamente atrasados sob o ponto de vista das nossas relações humanas e o direito tem tudo haver com isso, o direito lida com isso, direito é operado por pessoas, e é por isso que precisamos discutir aquilo que faz de nós humanos, alteridade.

O black mirror é o espelho negro e é uma metáfora, um espelho reverso. Quando olhamos o espelho convencional ele nos mostra o externo, o black mirror não, ele mostra as nossas intenções, quem somos nós na rede. Quem somos nós quando usamos a rede, quando nos comunicamos, quando nos relacionamos, quando interagimos com outras pessoas, esse é o ponto. O ponto dois é o seguinte, se nós estamos em um ambiente que